

A PROVÍNCIA CISPLATINA DO PONTO DE VISTA BRASILEIRO¹

Helio Leoncio Martins

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Resumo: Desde a Descoberta, o Império Português ambicionou, pelas vantagens comerciais, levar seus limites até a margem esquerda do Rio da Prata. Aí fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento, causa de conflitos com a Espanha por século e meio; No início do Século XIX, com a derrocada do Império espanhol e a vinda para o Brasil do Império Português, as Províncias do ex-Vice-Reinado do Prata, independentes, quiseram incorporar a margem fronteira, chamada de Banda Oriental, desejo também do Império Português. Este, mais forte, com diversos pretextos, invadiu militarmente a Banda Oriental duas vezes. Na segunda transformou a conquista em permanente, anexando o que denominou Província Cisplatina, que foi herdada pelo Brasil independente. Patriotas orientais, com ajuda das Províncias Unidas rebelaram-se, revolta seguida por longa guerra. A Inglaterra, sentindo seu comércio prejudicado, propôs um Convênio, aceito pelos beligerantes, que trouxe a paz e a independência da República Oriental do Uruguai.

APRESENTAÇÃO:

Desde que começou a ter interesses comerciais no Brasil, Portugal ambicionava atingir com sua colonização o Rio da Prata. A razão era clara. Nesta reentrância do Atlântico desaguavam três caudalosos rios que alongavam seu percurso até o centro da América do Sul. Por tais estradas fluviais chegariam ao mar os produtos do interior da colônia e, mesmo, os que vinham das regiões do Pacífico indo para a Europa sem enfrentar o extenso e perigoso caminho do Estreito de Magalhães. Naturalmente o Império Espanhol opunha-se a que seu território fosse invadido. Diferente do que acontecia no norte no nordeste, a resistência no sul impedia o avanço expansionista português (daí peculiar formato geográfico do Brasil).

Por quase dois séculos os limites entre as terras dos dois impérios permaneceram em ebulição, sem determinação definitiva, a fronteira chamada por um historiador de “*fronteira do vai-e-vem*”. O que viriam a ser o Uruguai e o Rio Grande do Sul viam passar conquistadores nas duas direções, mas permaneciam incólumes sem que se fixassem em definitivo. O primeiro movimento de permanência partiu de Portugal, efetivando suas

¹ Há no Brasil razoável documentação primária a respeito da questão Cisplatina, mas bastante espalhada, o que dificulta a pesquisa. Para este trabalho, e anteriores do mesmo tema, foram pesquisados o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico do Exército, os Anais do Congresso e a Imprensa da época. Há também, nas obras, especialmente as citadas na bibliografia escolhida, uma transcrição de muitos documentos, e os mais importantes. No texto eles aparecem citados com referências a datas, origens etc. Pela limitação em espaço, não se pôde detalhar em Notas as fontes. Espero que haja crédito de que elas existam. Da mesma forma, em relação à bibliografia, são citadas apenas as obras brasileiras que tratam do assunto com maior profundidade, embora muitas outras tenham sido consultadas. Como diz o título deste trabalho, a preocupação é com o ponto de vista brasileiro. Em relação aos acontecimentos no Uruguai e na Argentina, só nos referimos àqueles que tenham causado reações no referido ponto de vista. Assim, só os fatos aceitos nas Histórias desses países foram considerados, exceção feita do desenvolvimento do Congresso em Montevideú de julho de 1821, que foi retirado de suas Atas.

antigas ambições. Em 1680 enviou uma expedição militar com algumas famílias, e lançou as fundações de uma feitoria na margem esquerda do Rio da Prata - a Colônia do Sacramento – nela içada a bandeira das quinas, deixando para trás um hiato deserto até Santa Catarina, onde havíamos chegado. A colônia cresceu rapidamente, e, com ela, sua atividade comercial, legal e ilegal, o que despertou a atenção da Espanha, daí resultando ao longo dos séculos XVII e XVIII os ataques, tomadas e retomadas de Sacramento, dependendo de ações militares ou Tratados na Europa, como *Utrecht* e *Madri* e a ocupação da já denominada Banda Oriental, com a fundação de povoações costeiras, e a penetração da “*espanidad*”, língua, hábitos, cultura existente, e, como reação, a invasão do Brasil até Santa Catarina, logo repelida.

Nos primeiros anos do século XIX, a Europa foi sacudida pelo furacão napoleônico, que se refletiu na América do Sul. O enfraquecimento da monarquia espanhola, destituída por Napoleão, deu às suas colônias anseio de liberdade, orientando-se pelas idéias clamadas pela Revolução francesa e adotadas pelos Estados Unidos. No Brasil, refúgio do Príncipe Regente D.João e sua Corte, a Monarquia portuguesa sobreviveu, continuando a reinar na América e, depois, em conjunto com Portugal e Algarves. Esses dois fatos iriam ter profundas conseqüências na política e na estrutura nacional platenses. Com a confusa situação da Espanha e os ideais libertários, formaram-se dois Partidos, ambos ainda vinculados à metrópole: o “*criollo*” – ou o nativo – com a chefia do vice-rei Linier e o *espanhol*, obedecendo aos governadores Martin de Alzaga em Buenos Aires e D. Francisco Xavier Elio em Montevideú. Na confusão de autoridades, houve destituições, substituições e, por fim dualidade de Vice-Reis – Baltar Cisneros, em Buenos Aires, e Francisco Xavier Elio em Mondavidéu, este obedecendo à uma Junta de Governo criada em Sevilha.

Com a notícia em maio de 1810 que Napoleão dominara inteiramente a Espanha, o Partido “*criollo*” assumiu a direção das Províncias que se uniram, dando o primeiro grito de independência da futura Argentina – a histórica “Jornada de Maio”. Cisneros voltou para a Europa e a Junta que se formou em Buenos Aires, substituindo o Vice-Reinado, (a denominação Províncias Unidas do Rio da Prata foi adotada em 1813) enviou expedições militares tentando incorporar as Províncias recalcitrantes, ainda sob o domínio espanhol. Fracassaram no Paraguai e na Alto-Bolívia e se confrontaram com Elio na Banda Oriental. Esta última era a que mais desejavam, pela proximidade, por representar a posse completa

do Rio da Prata, o acesso aos rios que aí desembocavam e colocar obstáculo aos avanços portugueses.

A luta com o que restava do Vice-Reinado do Prata seguia renhida quando apareceu o personagem que iria ocupar o centro do quadro na Banda Oriental durante os próximos anos – José Gervasio Artigas. Era de estirpe modesta, fazendeiro, mas não destituído de certa cultura. Na defesa de suas terras, combateu índios e contrabandistas, alistando-se no Regimento dos “Blandengues”, chegando ao posto de capitão. Revoltava-o a situação dependente da Banda Oriental. Não a queria parte da Espanha, Províncias Unidas ou Portugal e sim como nação. À concretização desse sonho dedicou sua vida. Foi indubitavelmente o cristalizador do sentimento nacional que iria criar o futuro país soberano.

A *Jornada de Maio* mostrou-lhe um caminho para se livrar do domínio espanhol: apoiar-se nas já meio independentes Províncias Unidas para atingir o que realmente aspirava, ou seja, a emancipação de sua pátria. Desertou e recorreu a Buenos Aires. Reconhecida sua rebelião, um punhado de compatriotas irrompeu a 28 de fevereiro de 1811 na Banda Oriental, nas margens do Arroio Ascencio (daí ser o episódio denominado “o grito do Ascencio”). Em Buenos Aires, recebeu o posto de tenente-coronel e, apoiado por uma força de 3000 homens, invadiu a Banda Oriental. Reforçado por suas tropas de camponeses, seguiu de vitória em vitória sobre os espanhóis de Elio, e cercou Montevideú. Sentindo-se sem capacidade de reagir, Elio solicitou o auxílio do Reinado português, já sediado no Rio de Janeiro.

Nada era mais conveniente do que esse pedido para as intenções portuguesas, pois Portugal nunca deixara de aspirar atingir as margens do Prata. Imediatamente tropas do Rio Grande do Sul invadiram a Banda Oriental. Quando se aproximavam de Montevideú foram surpreendidos pelo armistício assinado a 20 de outubro de 1811 entre a Junta de Buenos Aires e Elio, sem conhecimento de Portugal. Pelo Convênio, era levantado o cerco de Montevideú; extinto o Vice-Reinado e Elio regressava para a Europa (em seu lugar ficava o Governador da cidade, General Vigonet); e retiravam-se da Banda Oriental as tropas portuguesa (que só o fizeram em 1812). Este desfecho foi resultado de um “imbróglio” do qual participavam, desconfiando uns dos outros, o embaixador da Inglaterra no Rio de Janeiro, que desejava a liberdade de comércio no Rio da Prata; o Conde Linhares, Primeiro Ministro português, aspirando a descolonização da Banda Oriental sendo anexada a Portugal, o embaixador espanhol obedecendo a Sevilha e a

Princesa Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII. Esta havia tentado ser a Imperatriz do Império Espanhol da América, que substituiria o Vice-Reinado do Prata, o que foi dificultado pelo próprio marido (que não a queria como vizinha) sendo suas aspirações encerradas com a “Jornada de Maio”, mas esperando que a vitória de Elio trouxesse de volta as esperanças.

Artigas não concordou com o Convênio, o que permitiria que as hostilidades recomeçassem. Acompanhado de grande número de compatriotas, 15 a 16 mil, retirou-se, acampando na margem direita do Rio Uruguai. A Junta que comandava Buenos Aires, apesar de ter assinado o Convênio de outubro, também não parecia ter acreditado no armistício. Foi reunindo tropas perto do acampamento de Artigas. Tão logo se retiraram as forças portuguesas, o Exército platino cruzou o Rio Uruguai, acompanhado por Artigas. Cercaram Montevideú. O General Vigodet tentou enfrentá-lo, mas foi derrotado em Cerrito.

No ano de 1813, uma série de acontecimentos, direta e indiretamente, provocaram uma mudança radical na situação a qual iria ter repercussões futuras. Nos primeiros dias do ano, o Triunvirato, que havia substituído a Junta em Buenos Aires, convocou uma Assembléia Geral, com representantes de todas as Províncias. Simultaneamente Artigas decidiu criar instituições políticas na Banda Oriental, quase todas dominadas por ele. Foi instalada uma Câmara de Deputados que elegeu Artigas Governador, devendo enviar representantes na Assembléia Geral. Ao se apresentarem à Assembléia, os deputados de Artigas nela não foram admitidos. O pretexto apresentado foi que tinham desobedecido a certas determinações burocráticas. Mas, na realidade, a recusa relacionava-se às propostas a apresentar, negando o que iria ser determinado na Assembléia, e dando demonstrações da vontade futura da Banda Oriental em desligar-se das Províncias Unidas. Exigiam Governo na forma de federação. As Províncias teriam Governo autônomo além do Governo Nacional. A Província Oriental, a ser criada, manteria sua soberania e demais direitos não delegados expressamente em Assembléia. As autoridades nacionais não mais seriam localizadas em Buenos Aires. A forma de Governo republicana obrigatória e imutável deveria ser capaz de garantir para cada uma das Províncias, a ausência de violências domésticas, a liberdade e a segurança de sua soberania, sem o perigo de intervenções das Forças Armadas. Artigas declarava claramente suas intenções, que não coincidiam com as das Províncias Unidas.

O cerco de Montevideu continuava, chefiado pelo General Rondeau e por Artigas. Em dezembro de 1813, o primeiro recebeu ordens de Buenos Aires para convocar os habitantes da Banda Oriental para que, novamente, egessem deputados a fim de participarem da Assembléa Geral. Apesar das objeções de Artigas, dizendo serem os novos deputados ilegais, pois caberia a ele indicá-los, os quatro eleitos com a intervenção de Rondeau cruzaram o Rio da Prata. Sua participação na Assembléa foi, da mesma maneira, impedida. Os desentendimentos de Artigas com o Governo platense, que vinha crescendo, chegaram ao máximo. Concluiu que esta aliança não levaria à independência como almejava. A 20 de janeiro de 1814 abandonou o cerco e retirou-se com suas tropas para o norte. O Triunvirato não se conformou. Em decreto, Artigas foi considerado “infame, traidor da Pátria” e sua cabeça posta a prêmio de 6000 pesos.

Artigas agora tinha novo inimigo – as Províncias Unidas do Rio da Prata -, que continuavam o cerco de Montevideu. Esta não custou a cair, quando a frente fluvial foi dominada pelo Almirante Brown, nosso futuro adversário. A 20 de junho de 1814, o comandante do cerco, agora Alvear, vitorioso, entrou na cidade. Mas a luta, contra Artigas continuou, este se avantajando, expandindo sua influência nas futuras Províncias de Corrientes e Entre Rio e na Província de Santa Fé. As Províncias Unidas, com problemas militares no norte, e discordâncias políticas internas, quase levando a uma guerra civil, ressentiram o abandono de Artigas. O Triunvirato, que as governava, procurou atraí-lo, retirando as acusações feitas, declarando-o “bom servidor da Pátria” e restituindo-lhe o posto e tenente-coronel, naturalmente em troca da Banda Oriental voltar à sua posição anterior, mas Artigas recusou a oferta. Também foi decidida a entrega de Montevideu, que recebeu governador oriental a 26 de fevereiro de 1815. Apesar desses embaraços, a 9 de julho, na Assembléa em Tucumán, as Províncias Unidas do Rio da Prata declararam sua total independência da Espanha.

Era esta a situação no início de 1815: as Províncias Unidas em grande desordem política e tendo abandonado a Banda Oriental, com operações militares no norte, sem capacidade de enfrentar Artigas, que estava com toda a força, influido mesmo em três províncias da União. Buenos Aires procurava um Governo que assumisse quando a União tivesse independência total, o que se aproximava, aceitando um príncipe estrangeiro, até da Casa de Bragança (ou Inca!). Foi quando apareceu a notícia de possível invasão da Banda Oriental por tropas portuguesas. Há insinuações históricas de que o Governo de Buenos Aires tenha pedido a invasão à Corte no Rio de Janeiro. Tal medida não apresenta a menor

evidência. Os argumentos que a apóiam são a de que seria uma jogada de Buenos Aires para, mantendo-se neutra (como se manteve), conseguir a destruição de Artigas, o maior impedimento da desejada conquista da Banda Oriental. Na verdade, esteve no Rio de Janeiro D. Manoel Garcia, um dos mais capazes elementos platinos, para solicitar ao Ministro britânico que obtivesse a interferência da Inglaterra para acabar com o caos que reinava ao sul do Rio de Prata, o que não conseguiu.

A invasão das tropas portuguesas, que realmente se seguiu, teria sido reflexo de acontecimentos na Europa. No Congresso de Viena em 1814, quando Matternich rearrumou os países da Europa e seus interesses, depois da avalanche napoleônica. Portugal, que, fiel à Inglaterra, sofreu por isso, e também o único que ludibriou Napoleão, foi esquecido. Mas D. João agora era um rei americano. Podia tomar decisões independente da Santa Aliança, criada em Viena. Aproveitaria a situação confusa para cumprir os antigos desígnios portugueses. Invadiria território oficialmente ainda pertencente a Fernando VII. Tinha o pretexto: a defesa de suas fronteiras ante a movimentação de Artigas. Seria uma ocupação provisória, como fora a de 1811.

Em maio de 1815, Portugal comunicou ao vizinho na Europa que, por esse motivo, deslocaria tropas para a América. O rei espanhol protestou através seu ministro no Rio de Janeiro e à Santa Aliança, o que só teve efeito em 1817, quando os Governos da Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França decidiram mediar o desajuste entre os dois países ibéricos. Cartas com os floreios complicados da diplomacia foram trocadas entre os representantes das Potências mediadoras e os diplomatas portugueses. Nas primeiras, justificavam terem aceitado aquela missão devido às conseqüências que se moderados reclamos espanhóis aumentassem de intensidade, atingindo o estágio de força contra força, e a influência que pudesse ter na paz européia tão duramente conquistada. A 26 de agosto de 1818, em uma reunião dos diplomatas em Paris, foi discutida a invasão e apresentados anteprojetos de Convênios para serem estudados. Pelo teor das Notas trocadas, pode-se conhecer as clausulas mais salientes, envolvendo medidas dificilmente concretizáveis em troca de uma retirada das tropas portuguesas. Considerava-se uma indenização dos gastos portugueses com a invasão no valor de sete milhões e meio de francos, pagos à vista ou em duas prestações; a concordância de se estabelecer nova linha divisória entre Brasil e a Banda Oriental (sem haver referência a seu posicionamento), e a libertação de Montevideu para o comércio. Nas Notas e Memorandos enviados pelos dois lados, inclusive o Relatório final da delegação portuguesa, afloram as discordâncias a qualquer solução

aventada acrescentando a declaração que os diálogos haviam-se encerrado. Houve a ameaça de uma forte expedição naval-militar espanhola, que nunca se efetivou. A invasão já durava três anos e continuou. Em carta do Ministro das Relações Exteriores do que já era o Reino do Brasil, Portugal e Algarves ao lorde Castlereagh, novo Ministro inglês, perguntava ele se podia contar com a Inglaterra em caso de guerra com a Espanha, sem obter resposta clara. Também nela aparece uma pergunta que trai as reais intenções portuguesas: qual seria a reação inglesa em caso de “ocupação total” (ou “permanente”), também sem resposta.

Embora não haja documentação que mostre claramente qual fosse a disposição da Corte do Rio de Janeiro, se pretender que a invasão militar constituísse o primeiro passo para a absorção permanente da Banda Oriental, isto pode se deduzir de alguns aspectos das medidas tomadas. Simplesmente para garantia das fronteiras bastaria uma concentração das forças existentes no Rio Grande do Sul, não sendo necessário trazer da Europa os melhores e mais bem equipados e adestrados soldados de Portugal, de forma que, juntamente com as tropas locais, pudessem ser capazes de derrotar completamente Artigas, desencorajar as ambições das Províncias Unidas do Rio da Prata e conseguir aos poucos a aprovação de seus habitantes à absorção da Banda Oriental pelo Reino do Brasil, Portugal e Algarves. São esclarecedoras as extensas e detalhadas Instruções dadas, a 6 de junho de 1816, ao Marechal-de- Campo Carlos Frederico de Lecor, comandante da expedição. Em sua abertura lê-se: “*Sua Majestade decidiu mandar ocupar cidade de Montevideú e os territórios deste lado do Rio Uruguai e instalar capitania com um Governo separado e interno enquanto convenha à segurança de nossas fronteiras*”. E o nomeia Governador e Capitão-General, encarregado também das operações militares necessárias à ocupação da cidade e territórios acima citados e o estabelecimento do dito Governo. E deseja que siga as Instruções tendo a liberdade de proceder como convenha em casos que não tenham sido previstos ou que por sua natureza não permitam recorrer a Sua Majestade e aguardar a real solução. Os primeiros artigos são de caráter militar, sobre movimentação da tropa, transportes, suprimentos, local de desembarque, aproximação, operações e objetivos a atingir.

A seguir, em capítulos denominados Administração, Alfândega e Rendas Reais, Câmara de Apelação, Tesouro, Comportamento dos Habitantes, Comércio, Comportamento com Artigas e Admissão dos Espanhóis nas Tropas, Relações com Buenos Aires e outras Potências, frisa que nada deve ser mudado e sim desenvolvido, que os habitantes devem

ser tratados como se fossem portugueses, podendo ser empregados na administração da Capitania, recrutados para as Forças Armadas, que a Artigas, vencido, nada acontecerá se dissolver as Divisões de que é chefe, residir no Rio de Janeiro, ou onde queira com permissão de Sua Majestade, entregando armas e munições que possua. Nessas condições receberá um soldo semelhante ao de um coronel português (não torná-lo mártir) Além disso, manter estrita neutralidade com Buenos Aires e outras potências, dar-lhes as explicações se pedirem, garantir que suas tropas não atravessarão o Rio da Prata, mas não permitir presença militar na Banda Oriental nem qualquer outra interferência. Não seriam instruções cabíveis para uma ação militar provisória e sim para a formação de um estado soberano português.

Decidida que a operação prevista só teria êxito com tropas de Portugal associando-se às do Rio Grande do Sul, a 7 de dezembro de 1814 foi expedida ordem para a formação de um Corpo de Exército, que se chamaria a Divisão de Voluntários d'El Rei que seguiria para a América. Para constituí-la, foram escolhidos os melhores oficiais e soldados das unidades do Exército português Composto de 4831 homens e 800 cavalos, incorporando duas Brigadas de Infantaria, um Corpo de Artilharia e um Corpo de Cavalaria. A seleção foi fácil, pois houve bastante entusiasmo entre os militares para participarem da aventura. O seu comandante, de Marechal-de-Campo foi promovido a Tenente-General.

Não teria havido melhor escolha. O passado militar e pessoal de Lecor era de grande valor. Tenente-Coronel quando da primeira invasão francesa, não aceitou aderir ao inimigo fazendo parte de uma Divisão portuguesa incorporada ao Exército de Napoleão. Preferiu exilar-se na Inglaterra. Quando começou a reação em Portugal, integrou-se em uma formação militar organizada na Inglaterra, denominada Leal Legião Lusitana, que fez parte das primeiras forças portuguesas que combateram os franceses. Com a chegada do General inglês Wellington a Portugal e a formação de um novo exército português, a ele se juntou e fez toda a campanha peninsular, de 1808 a 1814, sendo promovido de tenente-coronel a marechal-de-campo, tomando parte na maioria das batalhas travadas nas três invasões francesas. Quando foi chamado para comandar os Voluntários d'El Rei, não consideraram só suas qualidades militares. Também para ser o Governador de um território conquistado – e, portanto rebelde – que se queria transformar em português e não destruí-lo, levou-se em conta também outras qualidades, como o definiu um historiador brasileiro, “sua fidalguia, cultura, sociabilidade, o trato afável, capaz de conquistar os filhos da terra,

incrustando-se no seio das famílias, buscando homens de valor para atraí-los à sua causa e, para tranqüiliza-los, mantendo-os em seus lares”.

Naturalmente tais virtudes não foram reconhecidas entre os “dominados”, mas de 1816 a 1825, ele conseguiu governar primeiro a Banda Oriental e, depois, a Província Cisplatina, sem grandes atribulações a não ser com seus soldados. Apesar de seus serviços anteriores, a sua atuação na rebelião que explodiu em 1825, e na Guerra logo a seguir, foi muito criticado no Brasil pelo que julgaram sua falta de energia e iniciativa, permanecendo sitiado nas cidades litorâneas. Para isto muito contribuiu a falta de orientação estratégica que caracterizou nossa ação na rebelião e na guerra. A sua acomodação, diziam na época, também se devia a um casamento tardio com uma linda moça de 18 anos (tinha ele 54) – Rosa Maria Josefa de Herrera Babilbaso, de família influente, o que mostra sua aceitação na sociedade. Afirmavam os maledicentes que Lecor não havia sido vencido pelos uruguaiois e sim por uma uruguaia.

Os Voluntários D’El Rei embarcaram em dois escalões, cavalaria e artilharia em setembro de 1815, chegando ao Rio de Janeiro em novembro. Depois de curta estadia, seguiram nos mesmos navios para Santa Catarina, onde seria concentrada a Divisão. A infantaria largou a 25 de fevereiro de 1816 e aportou na Guanabara a 5 de abril. A 6 de junho partiu o comboio que a levava para o sul. A 28 de junho deu-se a concentração em Santa Catarina, de onde partiria por mar para Maldonado, o local escolhido para desembarque. Mas o comboio de Lecor sofrera forte tempestade, sendo muito sentida, pelo que, prevendo os piores pampeiros que poderiam esperá-lo no Prata, decidiu seguir a pé pelas praias, só embarcando artilharia e cavalaria, o que não teve aprovação na Corte pelo que isto representava de desgaste das tropas, e atraso nas operações, que já se haviam desencadeado entre Artigas e as forças luso-brasileiras do Rio Grande do Sul, comandadas pelos Marquês de Alegrete e Marechal Curado.

Em novembro os Voluntários d’ El Rei engajaram tropas da Banda Oriental, comandadas estas por Frutuoso Rivera. O avanço português se impunha por sua organização, adestramento e disciplina. Maldonado foi ocupado. O Cabildo de Montevideu, receoso, recorreu a Buenos Aires. O alcaide, D. Juan Jose Duran (que aparecerá no futuro nas relações com Lecor) reunindo-se com o Diretor Supremo platino Pueyrredon, a 6 de dezembro, em troca de ajuda, assinou Convênio pelo qual assegurava obediência da Banda Oriental ao Congresso das Províncias Unidas. Artigas, ao ter conhecimento do arranjo, enfureceu-se e anulou o Convênio afirmando: “*O Chefe dos orientais tem*

manifestado em todos os tempo que ama demasiadamente sua Pátria para sacrificar esse rico patrimônio ao baixo preço da necessidade”. A 20 de janeiro de 1817, Lecor entrava na cidade de Montevidéu, sendo recebido festivamente pelo síndico Blanquini que lhe entregou as chaves da cidade, dizendo: “Entrego a cidade ao muito alo e poderoso D.João VI, Rei do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, evocando a proteção de suas armas para essa infeliz Província, certo de que Sua Majestade Fidelíssima respeitará as nossas leis, usos e costumes, e esperando que, no caso de Sua Majestade resolver para o futuro a evacuação dessa praça, devolverá ao Cabildo as chaves que dele recebe”.

No mesmo dia, Lecor lançou a seguinte Proclamação: “*Habitante de Montevidéu – A segurança de vossas pessoas e propriedades é garantida pelo Exército português; e, de hoje em diante, aquelas agitações e anarquia, que, por tanto tempo vos tem afligido desaparecerão ante a influência da lei e da ordem. Voltai para o feliz sossego de vossos lares; reine novamente entre vós o contentamento e a afeição fraternal; e cubram com um véu eterno todas as desordens passadas. O Povo não sentirá o pesado jugo das contribuições; e um comércio livre com todas as nações, que vos foi concedido pela generosidade de SMF, vosso rei, o que reparará os danos ocasionados pela guerra civil, e restituirá à Província o antigo esplendor. Os diferentes ramos de minha autoridade perseguirão com rigor aqueles homens bárbaros que incendiam vossas searas e devastam os vossos campos; e nesta grande obra de pacificação geral conto com o auxilio de todos os homens bons”.*

Em Relatório ao Marquês de Aguiar, a 26 de janeiro, comunicou a tomada de Montevidéu, que continuava a luta contra Rivera. A 28 acrescentava, já se dirigindo ao Conde de Barca, que substituíra Aguiar falecido dias antes, escreveu que, além da posse de Montevidéu, para o domínio de todo o território, iria mandar guarnições para Colônia, Maldonado, Minas, Rincão de Galinhas e alguns outros locais. A situação da Praça de Montevidéu era lamentável. Os cofres públicos vazios, faltando mantimentos, o comércio paralisado, a exportação aniquilada. Assim a necessidade de numerário para compras era urgente. A única reação encontrada era dos espanhóis, que não se conformavam com a ocupação portuguesa. “*Já o Cabildo, como representante desta Província, acaba de me pedir a faculdade de mandar uma representação a El Rei para rogar a Sua Majestade que haja conceder a Graça a estes Povos da incorporação deste território ao Reino Unido de Brasil e Portugal, a qual representação estou mandando na Nau Vasco da Gama”.*

A neutralidade das Províncias Unidas era mantida por sua incapacidade de se manifestar militarmente, devido à difícil situação interna. Mas não queriam ficar ausentes ante a invasão portuguesa. Assim, Pueyrredon travou, com Lecor, uma batalha por correspondência. A 31 de outubro protestou contra o avanço das forças portuguesas, que estavam desrespeitando o Tratado de 1812. Queria saber os motivos da invasão e as intenções futuras, a fim de ajustar de acordo seu procedimento. Haveria perigo de guerra se o avanço não fosse detido imediatamente. A resposta veio a 27 de novembro. A ação militar destinava-se a defender as fronteiras do Reino das atividades de uma Província mergulhada na anarquia e o caos. Quanto às intenções, estas seriam mais bem explicadas pela Declaração de 20 de janeiro, cuja cópia anexava. Neste dizia que o Tratado de 1812 fora assinado entre Portugal e as Províncias Unidas, e a Banda Oriental não tinha vinculação oficial alguma com esta última. Uma deliberação de Lecor sobre as graves punições que seriam aplicadas aos ladrões e agressores, realmente de forma odiosa, pois determinava que, se o faltoso não fosse encontrado, sua família sofreria o castigo em seu lugar, Pueyrredon, a 1º de fevereiro, aproveitou para acusá-lo de falsidade em suas promessas de proteção e humanidade. Como represália, mandaria para o interior, sob guarda, todos portugueses que residissem nas Províncias Unidas. A 6 de fevereiro, Lecor encerrou a troca de cartas, dizendo: não haver razões para guerra; e que pretendia apenas defender as fronteiras do Reino; e não podia deixar de cumprir ordens de seu soberano. Com isto os chefes das Províncias Unidas decidiram deixar para momento mais oportuno qualquer intervenção, como fizeram.

Nos anos de 1818 e 1819, Lecor, com os Voluntários D'El Rei e as tropas do Rio Grande do Sul combateram Artigas, em uma longa guerra, porque o Chefe revolucionário, dominando a campanha, na qual tinha todo apoio, e auxiliado pelas Províncias da zona de entre rios, atacava em vários locais, invadia mesmo o Rio Grande do Sul, obrigando os portugueses a dividirem suas forças em pequenos encontros, sem haver um definitivo, Mas Artigas ia sendo desgastado. Entrementes, Lecor procurava administrar a Banda Oriental, tirando-a da difícil situação anterior, conquistando (ou, dizem alguns historiadores, “comprando”) quem podia atrair para seu lado.

Em fins de 1819, acontecimentos internos em Portugal tiveram, como uma das conseqüências, enfraquecer a ocupação da Banda Oriental. Tendo Portugal ressurgido das invasões francesas e da guerra peninsular, a direção do País, que ficara na Europa, achou que o Brasil devia voltar à situação anterior. Mesmo não se extinguindo o Reino tríplice, a

Corte do Rio de Janeiro, com o Rei D. João voltariam para Europa, trazendo a direção do Império para Portugal. O Brasil perdia muitos de seus privilégios, passando quase a colônia. Isto não agradou nem aos portugueses “brasílicos”, isto é, que se haviam adaptado, e amado, a vida nos trópicos, e aos brasileiros natos, que ocupavam posições elevadas, políticas e administrativas. Disto decorreram hostilidades que afetaram a disciplina dos Voluntários D’El Rei, que também se dividiram, passaram a ser mal pagos, querendo regressar para a Europa. Motins tiveram que ser dominados, até sendo criado um Conselho Militar que usurpou muitas das prerrogativas de Lecor. A tensão entre os militares aumentou quando, pelo Decreto de 1º de dezembro de 1820, a Divisão passou a ser subordinada ao Exército brasileiro. Com a derrota final de Artigas na Batalha de Taquarembó, a 21 de janeiro de 1820, obrigando-o a se refugiar na Província de Corrientes (de onde nunca mais voltou), a rigor, garantidas as nossas fronteiras, Lecor deveria se retirar. Mas o contrário aconteceu. A vista do enfraquecimento militar, D João e sua Corte pensaram em dar legitimidade à situação.

Os distúrbios em Portugal terminaram por explodir na Revolução de 1821. Foi votada uma Constituição, a qual D. João foi obrigado a jurar, devendo regressar para a Europa. Houve reação dos “brasílicos”, tumultos, motins, mesmo mortes, mas chegou-se a um acordo quando deixou seu filho D. Pedro, como regente. A 20 de abril fez-se ao mar, em lágrimas, pois adorou o Brasil, que a ele muito deve. Antes de embarcar, assinou muitos decretos e deixou instruções sobre tudo que lhe interessava que se fizesse ou se mantivesse. A 16 de abril, em carta escrita pelo Ministro Silvestre Pinheiro a Lecor (já Barão de Laguna), deu instruções sobre o futuro da Banda Oriental. Em um gesto de liberalismo inesperado, determinou que convocasse uma Assembléia de deputados eleitos em todos os departamentos da Banda Oriental e lhes propusesse que decidissem, por eleição, qual Governo prefeririam adotar: incorporar-se às Província Unidas, subordinarem-se à Espanha, ficarem independentes ou passarem a fazer parte do Reinado do Brasil, Portugal e Algarves. Nos três primeiros casos, as tropas de Lecor retirar-se-iam imediatamente. Se, se tornassem portugueses, constituir-se-iam em nova Província. Pelos seus agentes, tais instruções foram levadas ao conhecimento das Províncias Unidas e do Chile.

Lecor cumpriu rigorosamente o que lhe foi determinado. O síndico D.Juan José Duran (o mesmo que solicitara o auxílio platino quando da invasão portuguesa) foi encarregado de promover a Assembléia. Convocou os Cabildos de todos os departamentos para que elessem deputados que os representassem (em número de acordo com sua população,

podendo em alguns casos serem os Síndico. Foram 12, um deles Frutuoso Rivera, (que lutara quatro anos ao lado de Artigas), explicando, em duas dezenas de artigos, como deveriam proceder a eleição e a escolha dentre as alternativas que lhes seriam apresentadas em Montevideu. Lecor os recebeu dizendo, que SMF havia levado em consideração os repetidos pedidos de autoridades respeitáveis da Banda Oriental solicitando sua incorporação à Monarquia, portuguesa, como o recurso único que poderia salvar o País dos males da guerra e da anarquia. Desejava, em assunto tão delicado, com o cuidado que exigia a dignidade, a liberalidade de seus princípios e o decoro da Nação portuguesa, que a Banda Oriental dissesse, através do Congresso Extraordinário de seus deputados, “qual o caminho desejaria seguir, como o mais útil e conveniente aos interesses dos Povos que a constituem”.

A 18 de julho reuniu-se o Congresso em sua primeira seção plenária. Falaram os deputados Bianqui, de Montevideu, Llambi, de Extramuros e Larrañaga, de Montevideu. Disse o primeiro: “*A Província Oriental precisa que se constitua em nação independente ou que se incorpore a outra que esteja constituída; Veja-se, pois, se Montevideu e sua campanha poderão se transformar em Nação e sustentar sua independência ou, se não pode, qual é aquela a que deve se incorporar com mais vantagem e menor perigo. Fazer dessa Província um Estado é coisa que parece impossível politicamente. Para ser uma Nação, não basta querê-lo; é preciso dispor-se de meios com que se possa sustentar sua independência*”. Acrescentava: nada temos que permita governarmo-nos com ordem e sossego, ou defendermo-nos de uma invasão. Se não tivermos essa capacidade, em pouco cairíamos sob o jugo de um atrevido ambicioso e não evitaríamos o caos e a anarquia. Logo é evidente que nós devemos incorporar a outro Estado que nos possa garantir segurança. “*Buenos Aires, em meio às suas guerras civis, não pode satisfazer esses objetivos, muito menos Entre Rios; e mais ainda a Espanha, porque sua dominação terá contra si os votos dos Povos e porque em seu estado atual nem pode nos socorrer nem evitar que esta Província seja o teatro sangrento das guerras de todas as demais que hão reclamado sua independência, Não fica assim outro recurso do que a incorporação à Monarquia Portuguesa, sob uma Constituição liberal. Deste modo se livra a Província da mais cruel das escravidões, que é a anarquia. Vivemos em ordem de baixo de um poder respeitável. O nosso comércio seguirá sustentado pelo progresso das pastagens, os fazendeiros recolherão o fruto de seu trabalho para compensar passados prejuízos*”.

Llambi, o segundo a falar, assim iniciou: *“Na alternativa que se nos apresenta eleger, uma solução pouco circunspeta ou meditada com abstração das circunstâncias políticas da Província, deve submergir-nos em uma desgraça e envolver as diferentes aspirações de cada uma das facções que compõem o País”*. A seguir comenta o perigo das agressões dos vizinhos (especialmente Entre Rios) quando forem abandonados. O abandono fomentará o zelo das províncias limítrofes, atraindo o Partido que a favorece. E juntou: *“Neste caso quais são as vantagens a que nos poderemos propor. Se a guerra é o maior mal de um país; o que, desgraçadamente, temos experimentado demais; se foi destruída metade de nossa população, aniquiladas nossa economia, destruídas nossas fazendas e carecendo de alimentos, necessitaremos analisar seus efeitos para compreender os males que nos devem suceder? Tendo perdido o pouco armamento que tínhamos, também estamos sem renda e o comércio esta quase em seu último grau. Um governo independente entre nós, portanto, seria tão insubsistente como o é o que não pode, nem tem os meios necessários para sentar as primeiras bases de sua estabilidade”*, A Espanha estava fora das cogitações. Nada mudaria e a Província ver-se-ia novamente presa das guerras entre nos, se nos inclinarmos pelas Províncias Unidas. É provável que haja resistências, pois todo lhes atribui aspirações de mando absoluto e, por isso, fazem-lhe guerra. O que nós mesmos achamos. Concluiu: *“De fato nosso País esta em poder das tropas portuguesas e nos não podemos nem temos meios de evitá-lo. Quatro anos e meio são transcorridos, e, ao fim destes, qualquer resolução que seja a nossa, o primeiro que conte com cinqüenta homens poderá desbaratar os melhores projetos e as melhores idéias. Ao aventurarmo-nos a esta contingência, seria uma imprudência pela qual sempre responderíamos aos povos, desde que seremos donos e árbitros de nossos destinos, a ninguém culparíamos de não haver calculado sobre nossa importância. Não nos salvariam quaisquer considerações dirigidas por outro princípio que não fosse o bem do país”*.

Por fim, Larrañaga, que presidia o Congresso por moléstia de Duran, falou: *“Nós nos achamos em estado de abandono; desamparados da Espanha. Desde o ano quatorze, apesar dos decididos esforços de muitos habitantes desta Província, Buenos Aires nos abandonou; e todas as demais Províncias fizeram outro tanto. A Banda Oriental sozinha tem sustentado uma guerra muito superior às suas forças. Qualquer Convênio anterior, qualquer Liga, ou qualquer Pacto, estão inteiramente dissolvidos por essa razão. No triste estado a que estamos reduzidos, colocados entre dois extremos diametralmente opostos de nossa ruína e nossa felicidade, de nossa ignomínia ou a nossa glória; todas as nossas*

considerações não se podem dirigir a outra coisa que a consultar nosso futuro bem estar. O doce nome de Pátria deve nos enternecer; porém o patriota não é aquele que invoca seu nome, senão o que aspira livrá-la dos males que a ameaçam. Temos visto invocado este sagrado nome por diferente facções que têm destruído e aniquilado o país; depois de anos de revoluções estamos muito distantes do ponto do qual saímos. A nós nos toca agora conservar o que resta deste aniquilamento quase geral; se o conseguirmos seremos verdadeiros patriotas. A guerra foi levada ao limiar de Buenos Aires. Não podemos esperar outra sorte, desde que colocados no meio delas; sem recursos, tivéssemos necessidade de repelir, para defendermo-nos de um inimigo ou de atacar para sustentar nossos direitos. Se, pois, pelo abandono em que temos ficado, nosso dever nos chama a consultar os interesses públicos da Província; somente esta consideração nos deve guiar porque a saúde da Pátria é a única e mais poderosa lei de nossas operações. Afastemos a guerra, desfrutemos a paz e a tranqüilidade, que é o único caminho que nos deve conduzir ao bem público; consideremos este território como um Estado separado que deve se unir, conservando suas leis, seus foros, seus privilégios e suas autoridades; peçamos a demarcação de seus limites como estavam quando fomos ocupados pelas tropas portuguesas; sejam os habitantes da Província naturais ou domiciliados os que devem optar os empregos na Província; sejam eles seus únicos juizes por quem os habitantes hão de sustentar e defender seus direitos; aspiremos a liberdade do comércio, indústria e pastagens; procuremos evitar todo gravame de contribuições; finalmente acordemos quando cremos ser mais útil e necessário para conseguir liberdade civil, a segurança individual e defender as propriedades da população. Então, por aclamação geral os senhores deputados dirão: este é o único meio de salvar a Província; no presente estado a ninguém pode ocultar-se-lhe as vantagens que se seguirão à incorporação sob as condições que assegurem a liberdade civil de seus habitantes. Pelo mesmo, sem comprometer o caráter que representamos, tão pouco podemos pensar de outro modo. Neste estado, declarando-se suficientemente discutido o ponto, acordaram em incorporar esta Província ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Constitucional, e sob as precisas condições que se proporão e acordarão pelo mesmo Congresso em suas últimas seções como bases principais e essenciais deste Ato, que se reservará até que com aquelas se propaguem às autoridade que correspondam”. Todos os deputados assinaram a Ata lavrada. No dia seguinte, em outra seção do Congresso discutiu-se a maneira de como dar conhecimento das Atas aos departamentos e a Lecor, que a Província, chamando-se agora

Cisplatina fazia parte do Reinado do Brasil, Portugal e Algarves. E que uma Comissão de cinco membros, nomeada pelo Congresso, iria fixar os privilégios dos quais gozaria a nova Província.

A 31 de julho foram aprovadas as condições para a incorporação como estas que seguem, em resumo, a) O território deve ser considerado como uma Província do Reino Unido, com tratamento diferente das outras, chamada Cisplatina; b) os limites com a Província do Rio Grande do Sul serão aquelas mesmas existentes no início das lutas da Banda Oriental; c) sua representação no Congresso Nacional (do Reino) será como as das outras Províncias; d) serão respeitadas as leis obedecidas na Província Cisplatina, desde que não se oponham às leis do Reinado; e) serão mantidos todos os privilégios e prerrogativas das autoridades, pessoas, propriedades familiares; f) as autoridades civis serão mantidas acima das militares e estas não poderão ingerir nos assuntos afetos à primeira; g) comércio, indústria e agricultura serão isentos de taxas; h) todos os cargos civis serão ocupados por habitante ou domiciliados na Província, exceto, por hora, o cargo de Capitão-General; g) nenhum cidadão da Província poderá ser compelido para serviço em terra ou no mar por recrutamento; i) a milícia e formada nos departamentos ao poderão ser transferidas de seu departamento de origem, a não ser em caso de guerra ou desordem pública; j) fixadas a maneira de se utilizar os gastos públicos, determinando o que caberia à sendo sempre duvidosa. Nesta fase da história sul-americana da qual estamos tratando, a situação interna dos seus partícipes, a Província e o que caberia ao Banco do Rio de Janeiro; k) o Congresso estabelecerá as bases de uma Constituição provisória até a definitiva ter sido votada; l) continuará por hora, na chefia desta Província o General Lecor enquanto não se adotar uma Constituição Geral será indicado pelo Congresso um Síndico Procurador do Estado para o qual serão levadas as reclamações de alguma autoridade ou mesmo habitante, que interpele seu ministério com documento ou prova justificativa por qualquer violação das condições propostas. (Outros artigos estabeleciam detalhes de execução).

Em análise histórica, um dos perigos conhecidos é haver interferência das circunstâncias vividas pelo historiador, seus conceitos, seus princípios, seus desejos, no cenário no qual ocorreram os fatos ou acontecimentos passados séculos atrás, sendo analisados. Com isto tendem a ser falhas as conclusões na busca da verdade histórica. Ela, por si mesma, sempre meio confusa. As Províncias Unidas do Rio da Prata não faziam jus ao nome. Havia as que desejavam ser unidas realmente, os unitaristas e os federalistas que preconizava maior independência para as Províncias, e até cogitando ter uma imperatriz ou um príncipe

estrangeiro como o titular supremo. Ao mesmo tempo lutavam para ampliar o número das Províncias Unidas com ações militares ao norte e na Banda Oriental. Esta passava por nove anos de guerra em seu território, com espanhóis, portugueses, platinos e elementos internos se digladiando, levando-a à miséria. A Monarquia Espanhola submergira no “tsumani” Napoleão e o Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, inicialmente o mais estável com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, assistia conflito entre “brasílicos” e portugueses, em um crescendo que levaria à independência do Brasil logo depois, acrescentando o Império Brasileiro à confusão. Com os Partidos diversos que dividiam esses países ou territórios, cada um tendo diferente solução para os próprios problemas, não seria de surpreender que houvesse atitudes antagônicas, que fogem à lógica atual, confrontando-se sem seguir uma única direção.

O resultado da eleição preconizada por D. João VI não teve reações especiais no Reino Unido. Não havia opinião pública no imenso e atrasado Reino. A pequena elite dirigente estava preocupada com a Revolução pernambucana de 1817, a qual, embora vencida, deixara um rastro republicano perturbador, e o conflito entre os que desejavam o Brasil mantendo-se como a sede do Império e Portugal querendo reaver sua posição anterior. Naturalmente a votação de 18 de julho foi criticada, como tendo sido encomendada, quase como uma farsa. Mesmo em Portugal o Ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, por pressão da Espanha, que não perdia as esperanças de recuperar seu Império, o que, em relação à Província Cisplatina, agora estaria mais difícil, interpelou a Lecor, primeiramente em carta de 3 de dezembro de 1821 e, não tendo resposta, insistindo em 22 de dezembro. Queria saber detalhes de como teria cumprido as ordens que, em nome de Sua Majestade, lhe enviara a 16 de abril, o que *“acarretara sobre a nossa já indecorosa situação o extraordinário embaraço de passarmos aos olhos de uma Potência, com a qual hoje, mais do que nunca, nos importa manter a mais leal e estreita amizade, como a Nação Espanhola e o Governo refalsado que, debaixo da aparência de querermos respeitar o direito imprescritível dos Povos, deixando-lhes a liberdade de escolher o Governo e a Constituição por que se querem reger, havemos induzido a Banda Oriental a se unir ao Brasil, engrossando-nos assim astutamente com as perdas que não podendo deixar de ser em si mesmas mais sensíveis aos nossos Aliados, a ficar agora sendo muito mais pela falta de boa fé, como se figura nos termo comportado em todo este negócio”* Continuava afirmando que, pelos boatos que corriam na Europa por diferentes vias, um simulacro teria feito que deputados eleitos tivessem unanimemente concordado que a Banda Oriental se

tornasse uma Província do Brasil esperava que notícias urgentes desmentissem tal boato embaraçoso.

A situação do Ministro era tão difícil que não atentando do tempo que levavam as correspondências, voltou a pedir explicações a Lecor dezenove dias depois. Escreveu que havia recebido duas correspondências dele datadas de 25 de agosto, com toda a documentação relativa ao resultado da votação. Mas que dava a aparência de ter havido instruções secretas paralelas às ordens de 16 de abril, falando dos desejos da Corte acerca dos resultados da votação. Não davam base às Cortes concluírem sobre a sinceridade dos discursos pronunciados no dia 18 de julho. A explicação do que realmente acontecera era extremamente importante, para satisfazer as implicações com a Espanha. Uma clara exposição dos fatos demonstraria a lisura das ordens do Governo de 16 de abril. A aprovação dos atos relativos à incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido dependeria dessas explicações (isto é, a incorporação à Província não havia sido aprovada pelo Congresso em Portugal).

A figura de D. João VI tem sido apresentada pela História como um tímido, hesitante e indeciso, sempre adiando uma solução. Um revisionismo histórico tem sido feito, tomando corpo especialmente nas comemorações em 2008 do bi-centenário de sua vinda para o Brasil, concluindo-se que, embora tenha sido aparentemente um tímido, hesitante, indeciso, era um sagaz e pragmático político, que sabia levar os acontecimentos a tomarem a feição que ele desejava. Essa virtude não era afetada pela sua pouca aparência real, os seus hábitos de limpeza pessoal e alimentícios, adorando frangos assados, que guardava em seus bolsos. Sua vinda para o Brasil foi de grande benefício, responsável, com as medidas que tomou, pela transformação de uma colônia cuja função era aumentar a riqueza de Portugal com o açúcar, café e ouro, em um país soberano. Em 1816, julgou ter chegado o momento oportuno para implementar a antiga aspiração portuguesa, de levar seus domínios até a margem do Rio da Prata. Os primeiros e importantes passos neste sentido foram dados com a ocupação militar. Mas a situação mudara. Com as cisões entre os interesses do Reino sul-americano e de Portugal que renascia na Europa, não eram eles mais os mesmos. As possibilidades de se estar criando no sul um foco rebelde, em vez de anexar um território produtivo e com localização comercialmente favorável, e mais a carga financeira incomensurável que custava operação militar que parecia não ter fim, não mostrava a incorporação da Banda Oriental aquisição rendosa.

Em carta de D. João VI dirigida ao Conselheiro Thomaz Vilanova Portugal, seu auxiliar predileto, datada de 21 de fevereiro de 1820, já diz que despachara com o Conde dos Arcos, Primeiro Ministro, para lhe falar dos negócios do Rio de Prata, pois achara a correspondência de Lecor muito incoerente. Não quisera opinar porque não estava muito seguro sobre situação tão séria (grifo é meu). Pedia-lhe que conversasse com ele e comunicasse o que haviam decidido. A indignação, a surpresa e a preocupação de Silvestre Pinheiro mostram que o resultado de votação não fora exatamente o que desejara D. João VI. Sua preferência era que resolvessem pela independência, ao jeito dele, o que daria ao Reino Unido uma saída airosa, livrando-o do que já considerava uma carga penosa, e não se arriscando a ser acusado internacionalmente de ação indecorosa. Acresce que à reação em Portugal, não ratificando a incorporação e havendo críticas no Congresso, o efeito no Brasil foi pouco sensível. Não há reminiscência de entusiasmo, ou mesmo agrado, pelo fato do país ter crescido. Havia mais interesse com as discordâncias que levaram à independência. A opinião pública, que só poderia ser alimentada pela vagarosa navegação, naturalmente não existia. A imprensa era representada, curiosamente, por um jornal impresso em Londres (!), o *Correio Brasiliense*, dirigido por Hipólito da Costa, merecidamente, o patrono do jornalismo no Brasil, que acompanhava os acontecimentos americanos, especialmente os políticos. Nas edições de 1821 e 1822, existentes na Biblioteca Nacional. Nelas não se encontra qualquer referência à Província Cisplatina.

E como se teria dado a preferência pela junção com o Reino Unido? O prestígio de Lecor, desde 1819, havia caído bastante, o que se refletira no procedimento da Divisão dos Voluntários D'El Rei, dividindo-se também entre os que desejavam regressar para Portugal e os que ficariam no Brasil. A interpelação de Silvestre Pinheiro ainda piorou o ambiente. Motins explodiam nas diversas unidades da tropa, dirigidos em grande parte pelo Coronel Claudino Pimentel, com um Conselho Militar, mas que pareciam ter apoio das Cortes. Lecor já havia tido notícia da escolha do substituto. Sua permanência como Capitão-General, função que era de seu gosto, e também a integração na sociedade, inclusive pelo casamento, dependeriam da continuidade da Província Cisplatina, o que tinha propugnadores no Brasil e mesmo na Banda Oriental. Teriam exigido, sincera e honestamente, pois, sendo a libertação, clamada por Artigas, desaconselhável no tempo, segundo eles por razões políticas e econômicas, a escolha da vinculação ao Reino Unido seria a preferível, considerando sua estabilidade, sem as guerras, destruições, morticínios que os aterrorizava, ao contrário da ligação platina (lamentavelmente, essa tranqüilidade

iria durar poucos anos, pois foi logo seguida por rebelião e guerras). E o número e a quantidade de condições impostas levaria a Província em situação próxima da liberdade. Lecor pode ter tido influência na decisão dos deputados, mas creio que não por “compra” ou coisa parecida, o que, da mesma forma se a liberal concessão de D.João fosse uma farsa seria ato desairoso do Reino Unido, a escolha de um Governo para a Pátria ser feita por elementos responsáveis de acordo com seus interesses particulares, não resistindo a pressões, e não por julgarem ser o melhor para seu futuro, seria também desairoso para as tradições uruguaias. Lecor não saberia das reais intenções de D.João. A nova lealdade brasileira era dirigida para o Regente D.Pedro, em atrito constante com Portugal a favor do Brasil, e cuja próxima autoridade nacional fora prevista pelo pai, ao lhe dizer na despedida ao regressar para a Europa: “*se o Brasil se separar de Portugal, ponha a coroa em sua cabeça antes que um aventureiro o faça*”. E Lecor desde logo se ligou ao movimento ao lado de D.Pedro, e ao entusiasmo de um Imperador de 22 anos em manter a Província Cisplatina como parte integrante do grande Império que recebera. Teve logo uma primeira prova das dificuldades que experimentaria. Com a independência do Brasil, em 1822, o segundo de Lecor, Álvaro Macedo Costa, e parte da guarnição da Cisplatina não concordaram com a separação com Portugal e lutaram contra Lecor e os adesistas, ao lado dos brasileiros. Muitos orientais dividiram-se, juntando-se a uma ou outra facção. Lecor teve de abandonar Montevideú.

Com o que parecia ser um momento oportuno com a contenda entre as tropas de ocupação, patriotas radicais tiveram ânimo para tentar a liberdade apelando pela ajuda do Governador de Buenos Aires que investiu para nova investida sobre o que ainda chamavam Banda Oriental, desta vez diplomaticamente, enviando ao Brasil um emissário especial, D.Valentim Gomes, que apresentou credenciais a 28 de agosto de 1823, exigindo que o Brasil retirasse as tropas “*que ocupavam parte de seu território*”. A resposta foi demorada e firmemente negativa, dizendo que a Banda Oriental se desligara do Vice-Reinado do Prata antes da formação das Províncias Unidas.

Com o envio de Força Naval à Montevideú, os brasileiros venceram e Álvaro Costa e os portugueses fizeram vela para a Europa a 8 de março de 1824. Lecor, privilegiado, continuou seus esforços para integrar a Cisplatina ao Império. Grande número de orientais foram admitidos na administração e mesmo na tropa, com a criação do Regimento de Dragões Orientais, comandado por Frutuoso Rivera, tendo como sub-comandante Juan Antonio Lavalleja, o primeiro, combatente ao lado de Lecor e, o segundo, com Álvaro

Costa. Um fator de integração, independente de qualquer intervenção governamental, motivado por questões sentimentais – era o casamento de oficiais brasileiros e portugueses com as senhoritas nativas. Merece ser transcrita a observação de um historiador inglês, John Armitage, pela explicação clara que dá à questão. Escreveu Armitage: que no Brasil havia muito poucas relações sociais ainda mesmo que entre amigos íntimos. As mulheres eram retidas em reclusão quase claustrais e tomavam muito pequena parte nas conversações da sociedade. Em Montevideu e Buenos Aires, se dava o contrário, as noites eram dedicadas ao teatro, aos bailes, ou tertúlias e partidas; nem a guerra, nem a revolução, nem a fome mudariam a inclinação nacional a este respeito; assim nascia a superior atração às senhoritas espanholas e à suas maneiras encantadoras. Ainda que imperfeitamente educadas, a sua conversação era cheia de espírito e variada. Não era, portanto, de admirar que esse contraste tanto preponderasse sobre os oficiais brasileiros, acharem nas senhoras espanholas muitos atrativos e mais acessível sociabilidade do que jamais tinham experimentado com suas patricias, de forma que muitos casamentos se efetuaram, mesmo na expectativa de próximas campanhas.

O entusiasmo de D. Pedro I pela Província Cisplatina não foi acompanhado pelos cuidados que ela requeria, e em 1824 assistiu seu declínio. As forças portuguesas que haviam ido para Portugal não foram substituídas. A atenção política e militar do Império foi absorvida pela reação à revolução em Pernambuco, que levantou quase todo o nordeste, formando a Confederação do Equador. A fraqueza percebida em Montevideu estimulou o espírito “artiguista”, que não morrera. Seus seguidores, no balanço habitual, apoiaram-se nas Províncias Unidas, as quais, tendo melhorado a situação interna com a vitória de Ayacucho sobre os últimos espanhóis da América, e conseguido a lealdade da totalidade dos Províncias, seu mais importante objetivo nacional passou a ser a recuperação da Banda Oriental. 1824 foi o ano das conspirações, não muito ocultas. Caberia aos “Cabaleros Orientales”, grupo formado na Cisplatina e em Buenos Aires, o primeiro movimento. A 19 de abril de 1825, um barco com trinta e três refugiados nas Províncias Unidas, sob a chefia de Juan Antonio Lavalleja, (que havia desertado do Regimento de Dragões) cruzaram o Rio Uruguai, embicando na margem cisplatina, empunhando a bandeira de Artigas (com uma faixa vermelha). Avançaram recebendo adesões, uma delas a do Regimento de Dragões Oriental, mandado interceptá-los, com seu comandante Frutuoso Rivera, que havia se tornado homem de confiança de Lecor.

Duas colunas do Exército do Rio Grande do Sul, comandadas pelos Marechal-de-Campo José de Abreu e Tenente-Coronel Mena Barreto, que haviam vencido Artigas, enviadas para combater o Exército popular de Lavalleja, desta vez foram derrotadas nas batalhas de Galinhas e Sarandi. Toda a campanha ficou dominada pela rebelião. Uma Assembléia realizada em Florida a 23 e novembro de 1825, declarou nulos, dissolvidos e sem nenhum valor, todos os Atos que formalizaram a anexação da Banda Oriental ao Império do Brasil. A Província Cisplatina limitou-se às cidades do litoral, cercadas por terra e supridas pelo mar. Em Buenos Aires, a invasão despertou enorme entusiasmo nacional e bélico. Aguardando a oportunidade de tomar parte na pendência, as Províncias Unidas armavam-se, abasteciam Lavalleja, mantinham um “Exército de Observação” na margem direita do Rio Uruguai e travavam guerra não muito fria com o Brasil no Rio da Prata. Este conflito passou a ser “questão de honra” dos dois Países envolvidos. A 10 de dezembro de 1825 foi declarada a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. (o Governo Imperial lançou um longo Manifesto internacional dando, em detalhes, suas razões pelas quais declarara guerra). Durou a guerra dois anos e meio, sem muita expressão, exaurindo as finanças dos adversários, duas nações recém formadas e despreparadas. Sua indecisão foi “decidida” pela Inglaterra que, vendo seu comércio prejudicado pelo ambiente bélico no Rio da Prata, com bloqueio, corsários indo e vindo, interveio, sugerindo um Convênio Preliminar, aceito com alguma dificuldade a 27 de agosto de 1828 (em 1827 houve uma primeira tentativa de acordo, repelida pelos combatentes), nunca transformado em Tratado, mas, surpreendentemente, cumprido algumas vezes, que firmava a paz, sendo a vitória concedida a quem seria neutro na confusão do Rio da Prata - a República Oriental do Uruguai.

O carisma obtido junto aos brasileiros por D. Pedro I, como o “Príncipe da Independência” foi diminuindo com suas preferências pelos portugueses que o rodeavam e com as dificuldades que a guerra estava causando. Os Partidos da oposição utilizavam a questão Cisplatina para impopularizar o Imperador. No Congresso eram freqüentes as violentas exprobrações, as frases amargas e candentes, verberando a alta administração do Império e a responsabilizando pelos graves problemas que afetavam o país. A imprensa os secundava. Confundiam a crítica a D. Pedro I com a crítica à guerra e ao seu entusiasmo com a Província Cisplatina. Esta teria sido ocupada e incorporada fruto de antigas ambições portuguesas, com fins comerciais, sem se ter levado em conta que era território espanhol pelos costumes, língua, etc. Relativamente às operações, as ofensas atingiam

principalmente os chefes que a conduziam e os seus resultados. A ignorância e as injustiças caracterizavam as críticas que explodiam no Congresso e na Imprensa. A Marinha era o alvo preferido, exatamente por ter o papel mais saliente. Infelizmente alguns historiadores fizeram causa comum com o que diziam os políticos.

O Uruguai e a Argentina comemoram como fastos nacionais à luta pela Banda Oriental. Têm razão. Para o primeiro representou os esforços e sacrifícios que o levaram a construir uma nação independente. A segunda queria completar a herança do Vice-Reinado do Prata, e com a Província que mais lhe interessava, dando-lhe o domínio de todo o Rio da Prata, além das vantagens climáticas e terras produtivas. Para o Brasil não apresentava tanto significado. A ambição portuguesa estava quase esquecida, não tendo mais o mesmo significado, só herdada pelo entusiasmo juvenil de D. Pedro. Havia sido obtida com invasão militar e conquista territorial difíceis, quando ainda não éramos capazes de manter a posse do imenso continente que recebemos de Portugal. A expansão geográfica portuguesa para o norte e para o oeste foi também fruto de invasão, passando por cima do Meridiano das Tordesilhas. Mas atravessávamos espaços desertos, virgens, o que não era o caso da Banda Oriental, onde já havia uma civilização, um sentimento nacional, e uma cultura diferente da nossa, não constituindo para o Brasil aspiração ou necessidade. Foi simplesmente por iniciativa Real, não nacional. Nos doze anos da existência da Província Cisplatina, não há memória de uma vantagem para o Brasil. Somente luta, despesas, sacrifícios. Além das críticas, percebe-se nos Anais do Congresso, durante a guerra, exclamações patrióticas retumbantes, mas, nitidamente, exterioridades. Quando a “*Fala do Trono*”, em 1828, comunicou o fim da guerra, a reação na Câmara foi “*esperemos que com honra*” e, no Senado, mudez. D. João VI mais uma vez mostrou que a boca mole, com palavras pouco inteligíveis, tartamudeando, não correspondia à sagacidade do cérebro. A ter uma Província diferente em tudo, na administração, nos privilégios, nos sentimentos, na cultura, na língua, ansiosa pela independência sempre que houvesse oportunidade, foi, com certeza, preferível um vizinho amistoso.

BIBLIOGRAFIA:

ACEVEDO, Pablo Blanco. *Historia de la República Oriental del Uruguai*. S.l.: Ed. A Barreira y Ramos, 1906.

ARMITAGE, John. *História do Brasil desde a chegada da família Bragança em 1808 até a abdicação de*

D. Pedro I em 1831. Rio de Janeiro: Edições Ouro, 1965.

CALOGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. São Paulo: Ed. Nacional. 1927.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Lecor e a Cisplatina 1816 – 1828*. Rio de Janeiro: Ed. Bibliex. 1985.

PELLIZA, Mariano. *Historia Argentina*. Buenos Aires: Ed. Feliz Cacouane. 1889.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. 2º Volume, Tomo II. Rio de Janeiro: SDGM, 1979.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. 3º Volume, Tomo I. Rio de Janeiro: SDM, 2002.

SILVA, João Maria Pereira. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1965

HELIO LEONCIO MARTINS

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da

Marinha

heliolmartins@gmail.com